

# ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA À ESQUERDA NO CONTEXTO DA CRISE POLÍTICA BRASILEIRA DE 2016

João Vitor Pereira Ukracheski<sup>1</sup>

Andressa Clara de França<sup>2</sup>

Dori Luiz Tibre Santos<sup>3</sup>

## RESUMO

A ascensão da internet como ampliadora do acesso à comunicação e à informação possibilita que sujeitos se posicionem cada vez mais intensa e claramente sobre movimentos políticos e sociais. A crise política brasileira, que se consolidou em 2016 com o afastamento da Presidenta da República, respingou sobre a moral do Partido dos Trabalhadores (PT), que estava na presidência desde 2003, e conseqüentemente sobre a esquerda política. Como o feminismo é constantemente associado, tanto por militantes quanto por pessoas que não concordam com o movimento, à esquerda, a pesquisa visou verificar se essa associação de fato ocorre e se, no contexto das crises políticas e do PT, o feminismo sofre algum impacto negativo. Para a pesquisa, 85 sujeitos de uma Instituição de Ensino Superior privada de Curitiba-PR responderam um questionário criado no Google Forms e disparado por e-mail. Por meio do questionário, foram coletadas informações socioeconômicas, opiniões relativas ao feminismo, orientação política e eventual associação do feminismo à esquerda. O fato de os sujeitos poderem pesquisar respostas para adulterar a pesquisa não foi ignorado, mas considerado como uma das variáveis. Quanto ao gênero, 70 (82%) dos sujeitos se identificam como mulheres, tendo o restante se identificado como homens. Quanto à associação do feminismo à esquerda política, 30 sujeitos (30,3%) acreditavam que o feminismo é de esquerda; 31 (36,5%) não associavam o feminismo à esquerda e 24 (28,2%) não tinham opinião formada sobre o tema. Além de outros dados relevantes, no discurso de alguns dos pesquisados apareceram ambivalências, como no caso de pessoas que afirmam em livre-discurso, resguardadas as formas, que o feminismo busca igualdade ou equidade de direito entre os gêneros, mas concordaram com afirmativas como “o feminismo busca privilégios para mulheres em relação aos homens”. Pesquisas futuras poderão focar na percepção dos sujeitos sobre tais contradições.

Palavras-chave: Feminismo. Movimentos Políticos e Sociais. Crise Política Brasileira. Esquerda Política.

<sup>1</sup> Aluno do 6º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2015-2016). E-mail: joaoukracheski@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna do 10º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2015-2016). E-mail: andressaclaraf@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Psicólogo clínico particular. E-mail: doriluz@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O Brasil vive atualmente um cenário crítico em relação à política. Recentemente, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, foi afastada do cargo para que o julgamento de *impeachment* prossiga.

O partido da Presidenta afastada, o Partido dos Trabalhadores (PT), é, desde sua criação, um partido associado a doutrinas esquerdistas, se autodenominando de esquerda, inclusive, e defendendo pautas que, segundo Bohn (2004), são desse espectro político, como a reforma agrária, empresas estatais, entre outras.

No Brasil, os movimentos sociais também são comumente associados à esquerda, como demonstra o discurso popular e dos próprios partidos políticos (tanto os que tendem à esquerda quanto os que tendem à direita). Ocorre que, com a crise política vivida no país, em especial no âmbito Federal, que durante anos fora governado por um partido de esquerda, e com o desgaste nítido do PT, por meio de figuras relevantes para a legenda partidária deixando a base do Governo Dilma e da prisão de nomes associados ao partido – por corrupção etc. –, talvez os diversos movimentos político-sociais (como o feminismo, que é o foco deste estudo) sejam considerados de esquerda e, portanto, considerados negativos e corruptos, entre outros adjetivos desfavoráveis, dificultando a adesão a esses movimentos, mesmo nos casos em que o sujeito se identifica com as pautas deles.

O objetivo geral deste trabalho foi averiguar se o feminismo está sendo associado à esquerda política e verificar se essa associação tem impacto valorativo (positivo ou negativo) para o movimento. A pesquisa também proporcionou que os seguintes objetivos específicos fossem atingidos:

- observar incoerências entre o discurso-livre sobre o que o pesquisado entendia sobre o feminismo e sobre as questões que falavam a respeito de mitos do movimento;
- verificar tendências de opiniões sobre o movimento feminista entre as diferentes orientações políticas;
- analisar o conhecimento do público pesquisado sobre o movimento feminista e a política.

A hipótese principal da pesquisa – que se comprovou – é que o feminismo tem sido associado à esquerda-política, acarretando em uma visão negativada do movimento. Além disso, acredita-se que entre alguns dos sujeitos haja uma dissociação (contradições) entre o afeto e a ideia, com discursos que podem ser considerados correlatos a pautas feministas e que, ao mesmo tempo, contradizem a si, com preconceitos ou ideias

que não condizem minimamente com o que, de modo geral, os militantes e coletivos feministas buscam e têm como ideal.

Atualmente, diversos autores têm discutido o feminismo enquanto um movimento social, mas pouco se debate sobre o feminismo no âmbito da política. Apesar de os discursos feministas, na maioria das vezes, entenderem o feminismo como ocupando um espaço político, nada foi feito até então para avaliar a percepção dos sujeitos quanto à associação entre o feminismo e a política, tampouco as implicações dessas associações, quando e se elas ocorrem.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde o estabelecimento das sociedades democráticas, a manutenção desse tipo de sistema político concretizou-se de modo a beneficiar as classes dominantes, aquelas que mantêm sob seu poder terras, matérias-primas, força de trabalho etc. O predomínio desse sistema se deu a partir da transmissão de ideologias para aqueles que eram e são subjugados por essa parcela da população.

Atualmente, diversas lutas de classes são discutidas, sendo o foco deste estudo as relativas ao gênero. Os discursos machistas e misóginos que colocam o feminino numa posição subalterna em relação ao homem têm sido constantemente questionados pelas feministas. Quando, então, a naturalização dos processos passa a ser questionada e há dúvidas sobre sua validade, alguns meios de comunicação ou figuras públicas, por exemplo, podem agir e o fazem a fim de resgatar a suposta legitimidade desses discursos e manter o *status quo*, a dominação, do qual obtêm privilégios.

A manipulação ou forma de lapidação da informação – utilizada pelos meios de comunicação, em especial pelos que atingem a maior parte da população, como é o caso da Rede Globo no Brasil – é um influenciador bastante importante sobre o que a opinião pública pensa sobre os movimentos sociais e, no caso, o feminismo. As formas que os veículos noticiam, por exemplo, matérias sobre militâncias políticas e sociais evidentemente levam os leitores, em especial os que não possuem outras fontes de informação e conhecimento, a criarem uma imagem sobre o movimento que é baseada em um recorte da realidade muito supérfluo e bastante tendencioso, em virtude dos interesses que cada mídia tem em qualificar ou desqualificar um tema ou discurso.

Além disso, em uma sociedade pós-moderna (BAUMAN, 2003), a efemeridade das relações e valores – se é que existem valores, de fato – auxilia no processo de adesão aos discursos midiáticos que, em geral, se utilizam de métodos publicitários também.

No Brasil, 90% da comunicação social é controlada por apenas nove famílias, o que possibilita que esses grupos decidam sobre aquilo que deve ou não ser transmitido para as grandes massas (COIMBRA, 2001 apud FINAMORE; CARVALHO, 2006), de forma ideológica, vislumbrando evitar que o capital seja desprivilegiado. Para Azambuja (1987, apud FINAMORE; CARVALHO, 2006), a forma como se estrutura a mídia de massas no país leva as pessoas ao conformismo social, obrigando os indivíduos a “perder ou não formar uma imagem de si mesmo diante da sociedade, praticando um reforço das normas sociais” (FINAMORE; CARVALHO, 2006, p. 348).

Por outro lado, os sujeitos que são expostos à mídia não são completamente passivos em relação à informação que recebem, ainda que em alguma medida, principalmente quando se trata de pessoas menos escolarizadas ou que só têm acesso à televisão, sejam influenciados por ela. No que tange as questões de gênero, por exemplo, há bastante discussão sobre os benefícios que o Capital tem na manutenção da posição subalterna do feminino. De modo geral, há consenso entre a maioria dos estudiosos do tema, que afirmam que o capitalismo se beneficia de uma posição inferiorizada para a mulher e que um dos mecanismos para a manutenção desse espaço é a mídia e a propaganda. Há, porém, quem afirme que a propaganda e a mídia são, na realidade, facilitadores do acesso a diversas áreas da vida para mulheres e que uma mídia direcionada, ao invés de manter uma dominação, auxilia a desconstruí-la.

Santaella (2008) ressalta a propaganda voltada para mulher. Em seu estudo, a autora menciona que revistas, como *Capricho*, *Marie Claire*, *Cláudia*, *Nova* e congêneres são parte de um processo de democratização de acesso ao mercado para mulheres, o que pode possibilitar um poder de escolha ampliado para a mulher, além de fomentar que o consumo seja voltado a objetos e serviços com maior qualidade.

Uma mulher que reclama pela qualidade de vida, que cultua a participação e a expressão, que desenvolve paixão pela personalidade, que aprendeu a valorizar o que tem de bonito e forte, e a disfarçar o que tem de feio e frágil, é uma consumidora exigente, bem informada não apenas em relação a si mesma, quanto ao que decide comprar (SANTAELLA, 2008, p. 111).

Tiburi (2014) fala sobre a necessidade de se fazer política por meio do feminismo para alterar estruturas das instituições do Estado. A ideia da filósofa, que é acessível às massas em virtude da grande exposição às mídias televisivas que Marcia Tiburi tem, é de que o movimento feminista é eminentemente político, ao mesmo tempo em que é uma ética. De acordo com a autora, todos ou a maioria dos atuais avanços sociais se deram por meio do feminismo. Além disso, Tiburi (2014) afirma que o feminismo é desagradável para pessoas conservadoras, o que evidencia o caráter político. Diz ela, em entrevista a um emissora pública de televisão brasileira: “todos os conservadores vão

odiar o feminismo. Nunca vi um conservador gostando do feminismo. O feminismo é para aquelas pessoas que gostam de transformações sociais, de mudanças, que gostam do espírito revolucionário” (TIBURI, 2014).

Além disso, a tendência autoritária de não conseguir debater e ter relações dialógicas é tida, segundo Tiburi (2015), como **fascismo**. O termo não se refere ao que lhe é historicamente atribuído, mas sim a atitudes autoritárias de quem não aceita a diferença e nem sabe ouvir a opinião do outro sem se desestabilizar, o que pode gerar violências simbólicas e/ou físicas. O conceito da autora será, na discussão dos resultados, importante para formulação de hipóteses.

Por fim, o presente artigo considera, para as análises desta pesquisa, os movimentos feministas contemporâneos e se baseia naqueles que ocorrem no âmbito nacional, já que são esses, principalmente, que atingem o público pesquisado. Ainda que existam bases do feminismo histórico, peculiaridades contemporâneas, como o ciberativismo e a iconoclastia com símbolos culturais, influenciam na percepção que o público pesquisado tem sobre o movimento. Por isso, nomes como Clara Averbuck, Jessica Tauane, Débora Baldin, Julia Tolezano, Marcia Tiburi entre outras militantes feministas, são os discursos que embasam aquilo que foi considerado como feminismo ou não feminismo, mesmo que por vezes esses discursos extrapolem o teor acadêmico tradicional.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como híbrida, abrangendo uma análise quantitativa e qualitativa, mas predominantemente qualitativa. A análise se aterá a tentar explicar os fenômenos observados por meio do discurso do sujeito e da elucubração filosófica, quanto aos discursos e análises quantitativas (BAPTISTA; CAMPOS, 2007).

A amostra não é considerada probabilística, por não se tratar de uma amostra estatisticamente significativa (n=85). A pesquisa foi aplicada em homens e mulheres estudantes de uma Instituição de Ensino Superior privada de Curitiba-PR, convidados a participar de maneira anônima, voluntária e sem remuneração, que aceitaram os termos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponibilizado no início da pesquisa.

O questionário da pesquisa foi criado por meio do Google Forms e disparado para os sujeitos que aceitaram participar, através de *e-mail*. O fato de o sujeito poder pesquisar informações na internet para adulterar a pesquisa foi considerado uma das variáveis e talvez tenha influenciado alguns resultados da pesquisa.

Num primeiro momento, a pesquisa analisou o poder aquisitivo dos pesquisados segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2014), fator macroestrutural que pode influenciar, segundo Borba (2005), a preferência e o comportamento político.

Além disso, a sofisticação política do pesquisado foi avaliada pelo método proposto por Borba (2005). Para analisar o grau de sofisticação política, deve-se levar em consideração quatro variáveis: o interesse por política, o envolvimento no processo eleitoral, a exposição ao programa eleitoral gratuito na televisão e o grau de informação a respeito dos candidatos à presidência da república. As questões que avaliaram esse aspecto tinham como tema o cenário político brasileiro atual e o pesquisado deveria responder se determinada informação é verdadeira ou falsa, como, por exemplo, qual o partido do Vice-Presidente da República e qual a sigla partidária: PMDB, 15.

Quanto à orientação política, considera-se que o eleitor nem sempre sabe verbalizar a qual espectro político pertence ou acredita, ainda que por vezes tenha inclinações mais à esquerda ou à direita política (SINGER, 2000 apud BORBA, 2005), sendo necessário que essa categorização seja não somente um posicionamento direto do pesquisado (que pode não saber o que é ou ter preconceitos relativos aos espectros políticos), também deve haver perguntas indiretas que possibilitem posterior classificação dos sujeitos nesses grupos, assistida a literatura científica que categoriza comportamentos de esquerda e direita política.

Em relação ao posicionamento, foram utilizadas questões pontuadas por Bohn (2004). De acordo com a autora, “A direita está historicamente ligada à defesa do direito de propriedade e iniciativa privada, ao passo que posições esquerdistas estão associadas à manutenção do controle estatal de atividades econômicas e sociais” (BOHN, 2004, p. 319).

Ainda de acordo com Bohn (2004), é importante diferenciar conservadorismo político de tradicionalismo. A autora comprova que posicionamentos tradicionalistas concernentes à moral – como posicionamentos contrários à liberdade sexual, ao aborto e situações congêneres – não são necessariamente associadas a alinhamentos de políticas conservadoras (direita), por exemplo, menor intervenção do Estado na economia. O inverso também ocorre, sendo que o conservadorismo político não está necessariamente associado ao tradicionalismo moral.

Embasadas nessas informações, as questões utilizadas por Bohn (2004) foram adaptadas na formulação do questionário. O sujeito era perguntado em relação às políticas de Estado de intervenção na propriedade privada e economia, por exemplo, se concordava ou não com a expropriação de terras que não cumprissem sua função social (de cultivo) ou se era favorável à privatização de empresas estatais, como a Petrobras e a Infraero, o que possibilitou avaliar o conservadorismo político.

Quanto ao tradicionalismo político, o sujeito era perguntado quanto ao tema aborto, onde podia afirmar que “deve ser permitido em qualquer circunstância”, “deve

ser permitido apenas em caso de estupro ou quando houver risco de vida para a gestante” (como atualmente permite a legislação brasileira) ou “não deve ser permitido em nenhuma circunstância”. Além desse tema, foram explorados outros, como a patologização da homossexualidade, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, entre outros.

Nessa categoria, a maioria simples foi utilizada para classificar o sujeito com uma tendência à direita (que se refere à intervenção do Estado e não à moral) ou uma tendência à esquerda, além de avaliar uma tendência ao tradicionalismo ou não.

Para as questões sobre o feminismo, o sujeito foi perguntado se considera um movimento político importante, com a oportunidade de justificar caso tivesse interesse em fazê-lo. O pesquisado também respondeu se considera integrar o movimento.

Essas perguntas balizaram a análise do discurso do sujeito, por meio de unidades de significado (MARTINS; BICUDO, 1989 apud BAPTISTA; CAMPOS, 2007), em relação àquilo que o sujeito entende por feminismo. Alguns discursos, por exemplo, se enquadram numa categoria de “igualdade/equidade de direitos entre os sexos”, enquanto outros são muito evasivos e demonstram que o sujeito não sabe do que está falando ou contém ideias que não condizem com aquilo que o movimento feminista busca.

Ainda que o sujeito tenha procurado informações para preencher esse campo com aquilo que ele acredita que os pesquisadores queiram ouvir, considera-se que: 1) fazer isso pode demonstrar sobre o posicionamento dele perante os fatos e 2) as questões posteriores poderão demonstrar indícios caso o pesquisado tenha usado do mecanismo de pesquisa como tentativa de burlar os resultados da pesquisa.

Em relação ao feminismo, o sujeito também respondeu se concorda ou discorda de diversas afirmações sobre o movimento feminista de um modo geral. As afirmações dessa seção foram elaboradas a partir daquilo que figuras públicas e/ou coletivos identificados ou que se identificam como feministas falam. As questões que foram consideradas como “falsas”, ou não, representativas do movimento, foram elaboradas a partir das falas desses mesmos coletivos ou militantes feministas, considerando o que, por mais absurdo que pareça, ainda é dito (inverdades) sobre o feminismo com o intuito de desqualificar o movimento, como “o feminismo é contra depilação feminina”, que “o feminismo luta por privilégios para mulheres em relação a homens” ou que “o feminismo é contra posições sexuais submissas para mulheres”. Ainda que o feminismo seja um movimento absurdamente grande e abrangente, e esses discursos citados possam ser, também, feministas, eles não são representativos ou majoritários do movimento como um todo, inclusive por ter um tom mais radical. Nessa sessão, apenas uma das afirmativas é considerada correta: a que diz que “O feminismo luta, entre outras coisas, pelo direito à liberdade sexual de mulheres e daqueles que se identificam com o gênero feminino”.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada obteve 85 respostas, embora tenham sido disparados mais de 300 questionários por *e-mail*. Os participantes foram predominantemente de classes sociais E (25; 29%), D (25; 29%) e C (25;29%), sendo os outros de classes superiores (10; 12%) de acordo com os critérios da ABEP. Além disso, 70 participantes (82%) se identificaram com o gênero feminino, o restante tendo se identificado com o masculino.

Quanto à associação do feminismo à esquerda política (GRÁF. 1), 30 (30,3%) sujeitos acreditam que o feminismo é de esquerda; 31 (36,5%) não associam o feminismo à esquerda e 24 (28,2%) não têm opinião formada sobre o tema. Esses números, apesar de não serem estatisticamente significativos, demonstram uma polarização significativa sobre o tema na população estudada. Por se tratarem de temas polêmicos – o feminismo e a política –, é natural que essa polarização se evidencie. Porém, a hipótese de predominância sobre a associação do feminismo à esquerda, ainda que alguns autores – como Tiburi (2014) – façam essa associação, não foi significativamente apresentada pela análise dos dados coletados pelo questionário.

Treze sujeitos justificaram suas respostas, afirmando que não associam à esquerda, ainda que normalmente ocorram nesses espaços (de acordo com as próprias justificativas), porque “o assunto é igualdade de direitos civis” ou porque “não considera ideal generalizar uma posição”. Entre aqueles que justificaram a não associação do feminismo, a maioria se declarava de esquerda ou centro-esquerda, tendo opiniões relativas ao feminismo que são classificadas unanimemente em unidades de significado “equidade ou igualdade de direitos entre os gêneros”.

Entre aqueles que defendiam que o feminismo é de esquerda e que justificaram suas respostas, os discursos se fixavam naquilo descrito por Tiburi (2014), de que o feminismo tem pautas revolucionárias, enquanto a direita se baseia na manutenção do *status quo*. Além disso, curiosamente, esse grupo é mais misto, não tendo ninguém que se denomine de esquerda ou centro-esquerda, mas sim de direita ou de algum outro espectro político que tende à direita, bem como têm opiniões relativas ao feminismo, que unanimemente se classificam em unidades de significado “equidade ou igualdade de direitos entre os gêneros”. Mais curioso ainda é que esses sujeitos, apesar de se considerarem não sendo de esquerda e defendendo que o feminismo é um movimento de esquerda, consideram o movimento feminista uma organização política importante e mais: não se consideram feministas. Isto demonstra que, apesar de um discurso que não evidencie preconceitos relativos ao feminismo e, ao contrário, demonstre apreço ao movimento, a adesão ao movimento não depende meramente do entendimento das lutas do movimento feminista ou de um posicionamento político. É possível que

seja uma dissociação do afeto à ideia (afeto que se volta a não aderir ao movimento ou não se considerar participante dele, ainda que a ideia positive o movimento, considere ele necessário etc.).

No discurso dos sujeitos que responderam à pesquisa, 80 (94%) estão classificados, resguardadas variações na forma, na unidade de significados “equidade ou igualdade de direitos entre os gêneros”. As exceções serão tratadas posteriormente. Nessa unidade de significados, entretanto e contraditoriamente, estão contidas 13 (87%) das 15 (100%) respostas que afirmavam que o feminismo busca privilégios para mulheres em relação aos homens. Além disso, apesar de um discurso de suposto entendimento da militância feminista (em livre-discurso), duas respostas de justificativa quanto à importância ou não do feminismo (uma justificativa não obrigatória) traz um discurso de reafirmação do patriarcado, de reafirmação da visão de mulher submissa à norma masculina, discursos que priorizam a manutenção da posição subalterna do feminino como “mulheres têm se prestado a papéis humilhantes, buscando um espaço que não lhes compete”. Isso revela uma dissociação, novamente, entre afeto e ideia, e demonstra a contradição do sujeito que escreve que entende o feminismo por aquilo que ele de fato o é, ao mesmo tempo que, em um movimento esquizofrênico, apresenta, em alguma instância psíquica, desacreditamento daquilo que diz.

Ainda que essa divergência talvez ocorra pela possibilidade de o sujeito ter pesquisado definições de “movimentos feministas” ou algo do gênero, se eventualmente isso tenha ocorrido, a atitude do sujeito demonstra uma tendência a esconder – e evidentemente dificultar o reconhecimento – preconceitos e atitudes que privilegiem ou façam, por si só, a manutenção do estado de subalternidade feminina. Além disso, caso o sujeito tenha feito uma pesquisa, foi escolha dele colocar aquilo que foi pesquisado como definição na pesquisa, que perguntava sobre a opinião do sujeito, o que continua mostrando, também, que a ideia está dissociada do afeto.

Em relação aos discursos que não se categorizam na unidade de significados “equidade ou igualdade de direitos entre os gêneros”, dos cinco, dois foram considerados incompletos, afirmando que entendiam por feminismo “movimento social” e uma junção dos gêneros por um bem comum. Ambos não consideram o feminismo importante e se denominam sujeitos de direita. Um deles, que afirma que o feminismo é a junção dos gêneros pelo bem comum (uma resposta considerada evasiva sobre o entendimento do feminismo), também concordou com a afirmativa de que o feminismo luta por privilégios para mulheres em relação a homens, além de discordar da afirmativa de que o feminismo luta, entre outras coisas, pelo direito à liberdade sexual de mulheres e daqueles que se identificam com o gênero feminino.

Da mesma forma, um sujeito que entende por feminismo como o “movimento para demonstrar que mulheres não precisam de homens”, também se denomina sendo de direita e também acredita que o feminismo luta por privilégios para mulheres em relação a homens, bem como discorda da afirmativa de que o feminismo luta, entre outras coisas, pelo direito à liberdade sexual de mulheres e daqueles que se identificam com o gênero feminino.

O restante dos sujeitos afirmou não saber o suficiente sobre o assunto para se pronunciar, não souberam responder seu espectro político e não tiveram respostas notáveis nas afirmativas sobre o feminismo, como os sujeitos citados acima tiveram.

Por fim, não houve grandes diferenças, a não ser por exceções entre o posicionamento político (analisado pelo questionário) e o posicionamento político autodeclarado. Ainda assim, diversas pessoas demonstraram, apesar da possibilidade de pesquisar antes de responder por se tratar de um questionário *on-line*, uma sofisticação política baixa, errando o partido do Vice-Presidente da República e a sigla do partido (15) ou não sabendo responder, ainda que esse tema esteja em voga, em virtude do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade ampliada do espaço de fala por meio da internet e de outros meios que a tecnologia nos proporciona de fato, como é comumente dito, amplia a quantidade de ouvintes que o discurso atinge? A sociedade pós-moderna descrita por Bauman (2003) aparentemente se aprofunda cada vez menos nos debates e tem processos menos dialógicos. As tecnologias que ampliaram as possibilidades de debates entre culturas antagônicas fizeram com que houvesse um esvaziamento da linguagem, levando necessariamente a um empobrecimento da experiência política que é eminentemente linguístico (debates dialógicos, argumentos etc.) (TIBURI, 2015). Isso ocorre, de acordo com Tiburi (2015), porque as pessoas têm, conforme afirmado anteriormente, mais espaço para falar, entretanto a fala se esvazia de sentido. Desse modo, a palavra é banalizada, toma a forma que for precisa e, principalmente, é efêmera, não agrega, em direção às ideias de Bauman (2003).

Os discursos desconexos, incoerentes, demonstrados nos resultados da presente pesquisa, talvez estejam relacionados com esse esvaziamento de sentido da palavra. O sujeito opta por pesquisar o conceito de feminismo, caso o tenha feito, ou responde da forma em que o discurso feminista se vende – de um modo geral, como a busca pela equidade de direitos entre homens e mulheres – e em perguntas objetivas, nas quais

não há possibilidade de escrever ou justificar a resposta, se contradiz, demonstra uma banalização da linguagem que tira o sentido daquilo que foi dito ou escrito.

Além disso, ainda que essas contradições não sejam a regra, mas sim a exceção, talvez caiba incluir na proposta de “fascista” de Tiburi (2015), outra categoria para referendar sujeitos que supostamente aceitam a divergência no debate, mas nos atos de linguagem se contradizem. Essa atitude pode ser considerada uma forma de mascarar atitudes autoritárias que tentam suprimir a diferença. Atitudes como essa podem, por exemplo, agir na tentativa de suprimir ou difamar o movimento feminista, sem se valer claramente do fascismo proposto por Tiburi (2015), mas sim mascarando a atitude autoritária que nega a diferença nos debates e ideias.

Por outro lado, talvez a tendência demonstrada seja, na realidade, entendida pelo próprio sujeito que apresentou a suposta incoerência ou, ainda que não seja, possa ser interpretada como uma forma de feminismo como inversão da relação de poder entre os gêneros, em alguns dos casos.

Estudos futuros podem tentar avaliar a percepção dos sujeitos que apresentem esse tipo de contradição. É interessante, também, que novos trabalhos busquem amostras estatisticamente significativas, bem como limitem mais as respostas para verificar tendências para associação do feminismo à esquerda política, não colocando, por exemplo, a possibilidade do sujeito afirmar que não tem opinião formada sobre o assunto.

Além disso, também se sugere uma nova investigação quanto à exposição da sociedade aos discursos feministas e o que eles evocam nos sujeitos. A princípio, a comunicação do movimento feminista parece ser eficaz, ainda que não atinja a todos. Porém, conforme demonstrado, talvez o discurso seja incoerente em amostras maiores e estatisticamente significativas.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). **Critério de classificação econômica Brasil**: critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016. São Paulo: ABEP, 2014. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologias de pesquisa em ciências**: análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.
- BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.
- BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 147-168, mar. 2005.
- FINAMORE, C. M.; CARVALHO, J. E. C. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347-362, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/1PUAhDi>>. Acesso em: 17 out. 2015.
- SANTAELLA, L. Mulheres em tempos de modernidade líquida. **Comunicação & Cultura**, n. 6, p. 105-113, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10421/1/06\\_05\\_Lucia\\_Santaella.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10421/1/06_05_Lucia_Santaella.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2015.
- SANTOS, S. M. de M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan. 2010.
- TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Marcia Tiburi no entre o céu e a terra**. Entrevista fornecida para TV Brasil. 16 dez. 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/xgnj6wv3tfE>>. Acesso em: 4 abr. 2016.
- \_\_\_\_\_. Um espelho para o novo sexo frágil. **Revista Cult**, São Paulo, v. 132, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1IDCojZ>>. Acesso em: 17 out. 2015.